

mobilização dos docentes por melhores salários

Nos dois últimos boletins sobre nossa Campanha Salarial, a ADUNICAMP mostrou aos docentes que, embora conquistas significativas tenham marcado nossas últimas campanhas, nossos salários reais continuam caindo. A intensidade crescente do processo inflacionário acaba de tornar ilusórias quaisquer conquistas obtidas nos momentos de dissídio. Ao lado do fenômeno inflacionário, houve um claro arrocho salarial a partir de março de 1982. O efeito conjugado do arrocho e da inflação foi uma perda de cerca de 30% do nosso salário médio real nos últimos seis anos.

Na atual campanha salarial, a ADUNICAMP também manifestou sua insatisfação com a contra-proposta de um abono de 25% nos meses de maio e junho e 100% do INPC sobre os salários de janeiro a partir de 1º de julho. Nossa reivindicação é o reajuste trimestral e o início da recomposição de nossos salários reais. O repetido argumento governamental de que "é o máximo que podemos oferecer" revela-se incoerente frente ao autoproclamado saneamento das finanças e à melhoria das receitas estaduais. Este argumento foi novamente repetido pela Comissão de Política Salarial do Executivo aos representantes do funcionalismo após a significativa manifestação no último dia 10/05 em frente ao Palácio dos Bandeirantes.

Julgamos que vários fatos recentes irão influenciar os rumos futuros da nossa campanha salarial. Em primeiro lugar, com a sua contra-proposta, o governo estadual não oferece nenhuma perspectiva para a recomposição dos nossos salários. Além disso, durante a recente campanha pelo trimestral, o governador Montoro manifestou-se contrário ao aumento dos impostos como solução capaz de viabilizar as crescentes obrigações sociais do estado, com salários decentes ao funcionalismo. Temos a firme convicção de que é possível uma melhoria imediata na situação salarial do funcionalismo. Porém, na ausência de uma efetiva reforma tributária, baseada nos princípios da descentralização administrativa e regressividade nos impostos, haverá sempre uma séria limitação orçamentária a uma recomposição significativa dos nossos salários.

Em segundo lugar, o atual Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, em recente exposição ao Congresso Nacional, desenhou uma política econômica que não difere substancialmente da até recentemente seguida por Delfim Neto. O nó górdio das dívidas externa e interna continuou intocado. De acordo com o Ministro, vamos continuar pagando os juros "de mercado" aos banqueiros internos e externos. Se for assim, é óbvio que não estarão disponíveis recursos para as reformas sociais tão reclamadas pela Nação e prometidas solenemente na campanha "Muda Brasil" pela Aliança Democrática.

Estes fatos recentes mudam a conjuntura em que se insere a nossa Campanha Salarial. Só através de uma forte pressão sobre o governo estadual conseguiremos, além de melhorar os termos oferecidos na sua contra-proposta às nossas reivindicações, viabilizar mudanças substantivas na política econômica do governo federal.

A diretoria da ADUNICAMP considera que nesse momento a principal bandeira geral da campanha salarial deva ser a exemplo de outras entidades, A INCORPORAÇÃO DO ABONO AOS NOSSOS SALÁRIOS ANTES DA CORREÇÃO SEMESTRAL. Para que isso se efetive, avaliamos que será necessária intensa mobilização dos docentes que terá de se refletir em amplas manifestações públicas, como a que realizamos dia 10/05, acompanhadas de paralisação das atividades.

Nesse sentido, convocamos todos os docentes para uma Assembleia Geral na próxima 3ª feira, dia 21, às 13 horas para apreciarmos a proposta da Diretoria.

ASSEMBLÉIA GERAL

DIA 21 MAIO (3ª F.) 13 hs CB-10

CAMPANHA SALARIAL

PARTICIPE!